



# Sumário

<b>Capítulo 1. Direito Administrativo e Administração Pública .....</b>	<b>1</b>
<b>I. Introdução .....</b>	<b>1</b>
1. O Estado .....	1
2. Poderes e Funções.....	2
3. Função Administrativa.....	3
4. Federação .....	4
4.1. Características.....	5
4.2. Autonomia: Capacidade de Autoadministração.....	5
5. Direito Administrativo .....	6
5.1. Breve Introdução.....	6
5.2. Conceito.....	6
5.3. Relações com Outros Ramos Jurídicos.....	7
<b>II. Administração Pública: Sentidos .....</b>	<b>9</b>
1. Sentido Objetivo .....	9
2. Sentido Subjetivo .....	10
<b>III. Órgãos Públicos.....</b>	<b>10</b>
1. Introdução.....	10
2. A Relação Órgão/Pessoa.....	10
2.1. Característica Básica .....	11
2.2. Criação e Extinção.....	11
3. Teorias de Caracterização do Órgão .....	12
4. Conceito .....	13
5. Capacidade Processual.....	13
6. Classificação.....	14
<b>IV. Agentes Públicos.....</b>	<b>15</b>
<b>V. Princípios Administrativos .....</b>	<b>15</b>
1. Princípios Expressos .....	16
1.1. Princípio da Legalidade .....	16
1.2. Princípio da Impessoalidade .....	17
1.3. Princípio da Moralidade .....	18
1.4. Princípio da Publicidade.....	21
1.5. Princípio da Eficiência.....	25
2. Princípios Reconhecidos.....	29
2.1. Princípio da Supremacia do Interesse Público.....	29
2.2. Princípio da Autotutela.....	30
2.3. Princípio da Indisponibilidade.....	31
2.4. Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos.....	31
2.5. Princípio da Segurança Jurídica (Proteção à Confiança).....	32

2.6. Princípio da Precaução.....	34
3. O Princípio da Razoabilidade.....	35
4. O Princípio da Proporcionalidade.....	37
VI. <b>Súmulas</b> .....	38
<b>Capítulo 2. Poderes e Deveres dos Administradores Públicos</b> .....	39
I. <b>Introdução</b> .....	39
II. <b>Uso e Abuso de Poder</b> .....	39
1. Uso do Poder.....	39
2. Poder-Dever de Agir.....	40
3. Abuso do Poder.....	41
3.1. Sentido.....	41
3.2. Formas de Abuso: Excesso e Desvio de Poder.....	42
3.3. Efeitos.....	42
3.4. Abuso de Poder e Ilegalidade.....	43
3.5. Abuso de Autoridade.....	44
III. <b>Poderes Administrativos</b> .....	45
1. Conceito.....	45
2. Modalidades.....	45
2.1. Poder Discricionário.....	45
2.2. Poder Regulamentar.....	50
2.3. Poder de Polícia.....	57
IV. <b>Deveres dos Administradores Públicos</b> .....	57
1. Dever de Probidade.....	57
2. Dever de Prestar Contas.....	59
3. Dever de Eficiência.....	59
V. <b>Hierarquia e Disciplina</b> .....	60
1. Hierarquia.....	60
1.1. Efeitos.....	61
1.2. Subordinação e Vinculação.....	61
1.3. Hierarquia e Funções Estatais.....	62
2. Disciplina Funcional.....	62
2.1. Sentido.....	62
2.2. Direito Penal e Direito Punitivo Funcional.....	63
2.3. Procedimento de Apuração.....	64
<b>Capítulo 3. Poder de Polícia</b> .....	65
I. <b>Introdução</b> .....	65
II. <b>Sentido Amplo e Estrito</b> .....	65
III. <b>Conceito</b> .....	66
IV. <b>Poder de Polícia no Direito Positivo</b> .....	66
V. <b>Competência</b> .....	67
VI. <b>Poder de Polícia Originário e Delegado</b> .....	69
VII. <b>Polícia Administrativa e Polícia Judiciária</b> .....	71
VIII. <b>Fundamentos</b> .....	72
IX. <b>Finalidade</b> .....	73
X. <b>Âmbito de Incidência</b> .....	73
XI. <b>Atuação da Administração</b> .....	73
1. Atos Normativos e Concretos.....	73
2. Determinações e Consentimentos Estatais.....	74
3. Atos de Fiscalização.....	75

<b>XII. Limites</b> .....	75
<b>XIII. Características</b> .....	76
1. Discricionariedade e Vinculação.....	76
2. Autoexecutoriedade .....	76
3. Coercibilidade .....	78
<b>XIV. Legitimidade da Polícia Administrativa</b> .....	79
1. Requisitos Gerais de Validade.....	79
2. Princípio da Proporcionalidade .....	79
<b>XV. Sanções de Polícia</b> .....	80
<b>XVI. Covid-19: Normas Transitórias de Polícia</b> .....	83
<b>XVII. Súmulas</b> .....	84
<b>Capítulo 4. Ato Administrativo</b> .....	85
<b>I. Introdução</b> .....	85
1. Fatos Administrativos.....	85
2. Atos da Administração .....	86
3. Atos Jurídicos e Atos Administrativos .....	87
<b>II. Conceito</b> .....	88
1. Sujeitos da Manifestação de Vontade .....	89
2. Regime Jurídico de Direito Público .....	89
3. Silêncio Administrativo .....	90
<b>III. Elementos</b> .....	92
1. Competência .....	93
1.1. Sentido .....	93
1.2. Fonte.....	93
1.3. Características.....	94
1.4. Critérios Definidores da Competência .....	94
1.5. Delegação e Avocação.....	94
2. Objeto.....	95
2.1. Sentido .....	95
2.2. Requisitos de Validade .....	96
2.3. Discricionariedade e Vinculação .....	96
3. Forma.....	97
3.1. Sentido .....	97
3.2. Requisito de Validade .....	97
3.3. Princípio da Solenidade.....	97
4. Motivo .....	98
4.1. Sentido .....	98
4.2. Discricionariedade e Vinculação .....	99
4.3. Motivo e Motivação.....	99
4.4. Teoria dos Motivos Determinantes.....	103
4.5. Congruência entre o Motivo e o Resultado do Ato.....	103
5. Finalidade .....	104
5.1. Sentido .....	104
5.2. Finalidade e Objeto .....	105
<b>IV. Características</b> .....	105
1. Imperatividade .....	105
2. Presunção de Legitimidade.....	106
3. Autoexecutoriedade .....	106
<b>V. Mérito Administrativo</b> .....	108
1. Sentido.....	108
2. Vinculação e Discricionariedade .....	108
3. Controle do Mérito.....	109

<b>VI. Formação e Efeitos</b> .....	110
1. Perfeição .....	110
2. Eficácia .....	111
3. Exequibilidade .....	111
4. Validade .....	111
<b>VII. Classificação</b> .....	112
1. Critério dos Destinatários: Atos Gerais e Individuais .....	112
2. Critério das Prerrogativas: Atos de Império e de Gestão .....	112
3. Critério da Liberdade de Ação: Atos Vinculados e Discricionários .....	113
4. Critério da Intervenção da Vontade Administrativa: Atos Simples, Compostos e Complexos .....	113
5. Critério dos Efeitos: Atos Constitutivos, Declaratórios e Enunciativos .....	115
6. Critério da Retratabilidade: Atos Revogáveis e Irrevogáveis .....	115
7. Critério da Executoriedade: Atos Autoexecutórios e Não Autoexecutórios .....	115
<b>VIII. Espécies</b> .....	116
1. Espécies Quanto à Forma de Exteriorização .....	117
1.1. Decretos e Regulamentos .....	117
1.2. Resoluções, Deliberações e Regimentos .....	118
1.3. Instruções, Circulares, Portarias, Ordens de Serviço, Provimentos e Avisos .....	119
1.4. Alvarás .....	119
1.5. Ofícios .....	119
1.6. Pareceres .....	119
1.7. Certidões, Atestados e Declarações .....	121
1.8. Despachos .....	122
2. Espécies Quanto ao Conteúdo .....	122
2.1. Licença .....	122
2.2. Permissão .....	124
2.3. Autorização .....	126
2.4. Admissão .....	127
2.5. Aprovação, Homologação e Visto .....	127
2.6. Atos Sancionatórios .....	128
2.7. Atos Funcionais .....	130
<b>IX. Procedimento Administrativo</b> .....	130
<b>X. Extinção dos Atos Administrativos</b> .....	131
1. Extinção Natural .....	131
2. Extinção Subjetiva .....	131
3. Extinção Objetiva .....	132
4. Caducidade .....	132
5. Desfazimento Volitivo .....	132
<b>XI. Invalidação (ou Anulação)</b> .....	133
1. Teoria das Nulidades .....	133
1.1. Introdução .....	133
1.2. As Nulidades no Direito Privado .....	133
1.3. A Controvérsia Doutrinária .....	134
1.4. A Terminologia Adotada .....	134
2. Conceito e Pressuposto .....	134
3. Quem Pode Invalidar .....	136
4. Dever de Invalidar .....	137
5. Autotutela e Contraditório .....	139
6. Efeitos .....	140
7. Convalidação .....	142
<b>XII. Revogação</b> .....	144
1. Conceito .....	144
2. Pressuposto .....	144

3. Fundamento .....	145
4. Origem .....	145
5. Efeitos .....	146
6. Inocorrência .....	146
7. Revogação da Revogação .....	147
<b>XIII. Súmulas.....</b>	<b>148</b>
<b>Capítulo 5 Contratos Administrativos .....</b>	<b>149</b>
<b>I. Introdução .....</b>	<b>149</b>
<b>II. Contratos e Licitações.....</b>	<b>149</b>
<b>III. Contratos da Administração Pública.....</b>	<b>150</b>
1. Contratos Privados da Administração .....	150
2. Contratos Administrativos .....	151
<b>IV. Conceito .....</b>	<b>152</b>
<b>V. Fontes Normativas .....</b>	<b>152</b>
1. Fonte Constitucional .....	152
2. Fonte Legislativa .....	153
2.1. Lei Básica.....	153
2.2. A Aplicabilidade Concomitante .....	153
2.3. Abrangência .....	154
<b>VI. Princípios.....</b>	<b>154</b>
<b>VII. Sujeitos do Contrato .....</b>	<b>155</b>
<b>VIII. Relação Contratual.....</b>	<b>156</b>
1. Natureza jurídica .....	156
2. Posição Preponderante da Administração.....	156
<b>IX. Prerrogativas da Administração.....</b>	<b>157</b>
<b>X. Modalidades Contratuais .....</b>	<b>158</b>
1. Objeto como Ponto Diferencial .....	158
2. Contratação de Compras (Fornecimento).....	158
3. Contratação de Obras e Serviços de Engenharia .....	159
4. Contratação de Serviços .....	160
5. Outras Contratações.....	161
6. Contratos de Publicidade .....	161
<b>XI. Formalização .....</b>	<b>162</b>
<b>XII. Garantias .....</b>	<b>163</b>
<b>XIII. Alocação de Riscos .....</b>	<b>164</b>
<b>XIV. Duração e Prorrogação dos Contratos .....</b>	<b>164</b>
<b>XV. Execução do Contrato.....</b>	<b>165</b>
<b>XVI. Inexecução do Contrato .....</b>	<b>166</b>
<b>XVII. Alteração do Contrato .....</b>	<b>168</b>
<b>XVIII. Extinção do Contrato .....</b>	<b>170</b>
1. Sentido.....	170
2. Cumprimento do Objeto.....	171
3. Advento do Termo Final.....	171
4. Hipóteses de Extinção .....	171
5. Fontes da Extinção Contratual .....	172
6. Efeitos da Extinção .....	173
<b>XIX. Recebimento do Objeto do Contrato.....</b>	<b>173</b>
<b>XX. Pagamentos.....</b>	<b>174</b>
<b>XXI. Invalidação dos Contratos .....</b>	<b>175</b>
<b>XXII. Meios Alternativos de Resolução de Controvérsias.....</b>	<b>176</b>

<b>XXIII. Irregularidades</b> .....	176
1. Infrações e Sanções Administrativas .....	177
2. Impugnações, Pedidos de Esclarecimento e Recursos .....	179
3. Controle das Contratações .....	180
<b>XXIV. Crimes</b> .....	181
<b>XXV. Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)</b> .....	183
<b>XXVI. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte</b> .....	183
<b>XXVII. Convênios Administrativos</b> .....	184
<b>XXVIII. Consórcios Públicos</b> .....	187
<b>XXIX. COVID-19: Normas Transitórias</b> .....	193
<b>XXX. Súmulas</b> .....	195
<b>Capítulo 6 Licitação</b> .....	197
<b>I. Introdução</b> .....	197
<b>II. Conceito</b> .....	197
<b>III. Natureza Jurídica</b> .....	198
<b>IV. Fontes Normativas</b> .....	198
1. Fonte Constitucional .....	198
2. Fonte Legislativa .....	199
2.1. Lei Básica.....	199
2.2. A Aplicabilidade Concomitante .....	199
<b>V. Destinatários</b> .....	200
<b>VI. Fundamentos</b> .....	201
1. Moralidade Administrativa .....	201
2. Igualdade de Oportunidades.....	201
<b>VII. Princípios</b> .....	201
1. Princípio da Legalidade.....	202
2. Princípios da Moralidade, da Impessoalidade e da Probidade Administrativa.....	202
3. Princípio da Igualdade.....	203
4. Princípio da Publicidade .....	203
5. Princípio da Vinculação ao Edital .....	203
6. Princípio do Julgamento Objetivo.....	204
7. Princípio da Competitividade.....	204
8. Princípios da Eficiência, Eficácia, Economicidade e Celeridade.....	204
9. Princípio do Interesse Público .....	205
10. Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade .....	205
11. Princípios da Motivação e Segurança Jurídica .....	206
12. Princípio do Planejamento .....	206
13. Princípio da Segregação de Funções.....	207
14. Princípio do Desenvolvimento Nacional Sustentável .....	207
<b>VIII. Processo Licitatório</b> .....	207
<b>IX. Fase Preparatória</b> .....	208
1. Instrução.....	208
2. Modalidades .....	210
2.1. Noções Gerais .....	210
2.2. Concorrência .....	210
2.3. Pregão.....	210
2.4. Concurso.....	211
2.5. Leilão .....	211
2.6. Diálogo Competitivo .....	211
3. Critérios de julgamento .....	212
3.1. Critérios Gerais .....	212
3.2. Maior Retorno Econômico e Contrato de Eficiência.....	212

X.	<b>Divulgação do Edital</b> .....	213
XI.	<b>Propostas e Lances</b> .....	214
XII.	<b>Julgamento</b> .....	215
XIII.	<b>Habilitação</b> .....	216
	1. Aspectos Gerais .....	216
	2. Habilitação Jurídica .....	216
	3. Habilitação Técnico-Profissional e Técnico-Operacional .....	217
	4. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista .....	217
	5. Habilitação Econômico-Financeira .....	218
XIV.	<b>Encerramento da Licitação</b> .....	218
XV.	<b>Contratação Direta</b> .....	219
	1. Processo de Contratação Direta .....	219
	2. Inexigibilidade de Licitação .....	220
	3. Dispensa de Licitação .....	223
	3.1. Noções Gerais .....	223
	3.2. Critério de Valor .....	224
	3.3. Licitação Fracassada .....	225
	3.4. Objetos Específicos .....	226
	3.5. Emergência e Calamidade Pública .....	227
	3.6. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico .....	228
	3.7. Forças Armadas e Segurança Nacional .....	229
	3.8. Relações Interpessoais de Direito Público .....	229
	3.9. Área da Saúde .....	230
XVI.	<b>Alienações</b> .....	230
	1. Considerações preliminares .....	230
	2. Bens Imóveis .....	231
	3. Bens Móveis .....	232
XVII.	<b>Instrumentos Auxiliares</b> .....	232
	1. Credenciamento .....	233
	2. Pré-qualificação .....	233
	3. Procedimento de Manifestação de Interesse .....	234
	4. Sistema de Registro de Preços .....	235
	5. Registro Cadastral .....	236
XVIII.	<b>Irregularidades</b> .....	236
XIX.	<b>Crimes</b> .....	237
XX.	<b>Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)</b> .....	237
XXI.	<b>Microempresas e Empresas de Pequeno Porte</b> .....	237
XXII.	<b>Serviços de Publicidade</b> .....	238
<b>Capítulo 7 Serviços Públicos</b> .....		241
I.	<b>Introdução</b> .....	241
II.	<b>Conceito</b> .....	242
III.	<b>Características</b> .....	243
	1. Sujeito Estatal .....	243
	2. Interesse Coletivo .....	243
	3. Regime de Direito Público .....	244
IV.	<b>Classificação</b> .....	244
	1. Serviços Delegáveis e Indelegáveis .....	244
	2. Serviços Administrativos e de Utilidade Pública .....	245
	3. Serviços Coletivos e Singulares .....	245
	4. Serviços Sociais e Econômicos .....	246

<b>V. Titularidade</b> .....	247
1. Competência.....	247
2. Regulamentação.....	250
3. Controle.....	250
<b>VI. Princípios</b> .....	250
1. Princípio da Generalidade.....	251
2. Princípio da Continuidade.....	251
3. Princípio da Eficiência.....	255
4. Princípio da Modicidade.....	255
<b>VII. Remuneração</b> .....	256
<b>VIII. Usuários</b> .....	259
1. Direitos.....	260
2. Deveres.....	262
<b>IX. Execução do Serviço</b> .....	262
1. Execução Direta.....	262
2. Execução Indireta.....	263
2.1. Noção.....	263
2.2. Descentralização.....	263
2.2.1. Delegação Legal.....	264
2.2.2. Delegação Negocial: Particulares em Colaboração.....	265
3. Novas Formas de Prestação dos Serviços Públicos.....	266
3.1. Desestatização e Privatização.....	266
3.2. Gestão Associada.....	269
3.3. Regimes de Parceria (Terceiro Setor).....	270
3.3.1. Regime de Convênios Administrativos.....	271
3.3.2. Regime dos Contratos de Gestão (as Organizações Sociais).....	272
3.3.3. Gestão por Colaboração (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs).....	275
3.3.4. Regime Geral das Parcerias.....	278
3.3.5. Programa de Parcerias de Investimentos – PPI.....	285
<b>X. Marco Legal do Saneamento Básico</b> .....	286
<b>XI. Marco Legal das Ferrovias</b> .....	287
<b>XII. Súmulas</b> .....	289
<b>Capítulo 8. Concessão e Permissão de Serviços Públicos</b> .....	291
<b>I. Introdução</b> .....	291
<b>II. Fontes Normativas</b> .....	292
1. Fonte Constitucional.....	292
2. Fonte Infraconstitucional.....	293
<b>III. Concessão de Serviços Públicos (Concessão Comum)</b> .....	293
1. Modalidades.....	293
2. Concessão de Serviço Público Simples.....	294
2.1. Conceito.....	294
2.2. Objeto.....	294
3. Concessão de Serviço Público Precedida da Execução de Obra Pública.....	295
3.1. Nomenclatura.....	295
3.2. Conceito.....	296
3.3. Objeto.....	296
4. Natureza Jurídica.....	297
4.1. O Caráter Contratual.....	297
4.2. Concessão e Permissão.....	298
5. A Relação Contratual.....	299



6.	A Supremacia do Concedente.....	299
7.	A Natureza do Concessionário e do Concedente.....	299
8.	Concessão a Empresas Estatais.....	300
9.	Exigência de Licitação.....	301
9.1.	O Caráter de Obrigatoriedade.....	301
9.2.	Modalidades Licitatórias.....	302
9.3.	O Edital.....	302
9.4.	Critérios de Julgamento.....	303
9.5.	Fatores de Desclassificação.....	303
9.6.	Participação de Empresas Estatais.....	304
10.	Mutabilidade.....	304
11.	Política Tarifária.....	306
12.	Análise do Pacto de Concessão.....	310
12.1.	Autorização Legal.....	310
12.2.	Cláusulas Essenciais.....	311
12.3.	A Responsabilidade do Concessionário.....	312
12.4.	Transferência de Encargos.....	314
12.5.	Alteração do Concessionário.....	314
12.6.	Cessão de Créditos Operacionais.....	315
13.	Encargos do Concedente.....	315
13.1.	Fiscalização.....	315
13.2.	Intervenção na Propriedade Privada.....	316
13.3.	Outros Encargos Pertinentes.....	317
14.	Encargos do Concessionário.....	317
14.1.	O Serviço Adequado.....	317
14.2.	Transparência na Execução.....	318
14.3.	As Contratações do Concessionário.....	318
15.	Direitos e Obrigações dos Usuários.....	319
16.	Prazo da Concessão.....	321
17.	Intervenção na Concessão.....	322
17.1.	Sentido.....	322
17.2.	Procedimento.....	322
18.	Extinção.....	323
18.1.	Termo Final do Prazo.....	323
18.2.	Anulação.....	324
18.3.	Rescisão.....	324
18.4.	Caducidade.....	325
18.5.	Encampação.....	326
18.6.	Falência e Extinção da Concessionária.....	327
19.	Reversão.....	328
20.	Concessões Anteriores.....	329
21.	Controle dos Serviços Concedidos.....	331
22.	Concessão Florestal.....	331
<b>IV.</b>	<b>Permissão de Serviços Públicos.....</b>	<b>333</b>
1.	Conceito e Objeto.....	333
2.	Natureza Jurídica.....	333
3.	Diferença entre Concessão e Permissão.....	334
4.	A Permissão Condicionada.....	336
5.	Referências Constitucionais.....	336
6.	Responsabilidade Civil.....	337
7.	Aplicação de Regras Idênticas às das Concessões.....	337
8.	Extinção.....	338
8.1.	Termo Final do Prazo.....	338
8.2.	Anulação.....	338

8.3.	Encampação.....	339
8.4.	Caducidade.....	339
8.5.	Desfazimento por Iniciativa do Permissionário (Rescisão).....	340
9.	Permissão Lotérica .....	340
<b>V.</b>	<b>Concessão Especial de Serviços Públicos (Parcerias Público-privadas).....</b>	<b>341</b>
1.	Introdução .....	341
2.	Conceito e Natureza Jurídica .....	342
3.	Modalidades e Incidência Normativa.....	343
4.	Objeto.....	344
5.	Características e Diretrizes .....	346
6.	Cláusulas Essenciais, Não Essenciais e Vedações.....	347
7.	Contraprestação e Garantias.....	349
8.	Sociedade de Propósito Específico .....	352
9.	Licitações.....	353
9.1.	Introdução.....	353
9.2.	Modalidade e Condições .....	354
9.3.	Edital.....	355
9.4.	Procedimento .....	356
<b>VI.</b>	<b>Autorização .....</b>	<b>357</b>
<b>VII.</b>	<b>Súmulas.....</b>	<b>361</b>
<b>Capítulo 9</b>	<b>Administração Direta e Indireta.....</b>	<b>363</b>
<b>I.</b>	<b>Noções Introdutórias.....</b>	<b>363</b>
1.	Federação e Autonomia.....	363
2.	Poderes e Funções. A Função Administrativa .....	364
3.	Administração Pública.....	364
4.	Organização Administrativa: Centralização e Descentralização .....	364
5.	Princípios Regedores da Administração Pública .....	365
<b>II.</b>	<b>Administração Direta.....</b>	<b>366</b>
1.	Conceito .....	366
2.	Natureza da Função.....	366
3.	Abrangência .....	367
4.	Composição .....	367
5.	Contrato de desempenho.....	368
5.1.	Introdução.....	368
5.2.	Lei Regulamentadora .....	369
5.3.	Contrato de Desempenho.....	369
5.4.	Natureza Jurídica.....	369
5.5.	Críticas à Fisionomia Contratual.....	370
5.6.	Finalidades .....	370
5.7.	Flexibilidades e Autonomias Especiais.....	371
5.8.	Cláusulas Obrigatórias .....	371
5.9.	Obrigações das Partes.....	371
5.10.	Suspensão e Rescisão.....	371
<b>III.</b>	<b>Administração Indireta.....</b>	<b>372</b>
1.	Conceito .....	372
2.	Natureza da Função.....	372
3.	Abrangência .....	373
4.	Composição .....	373
5.	Administração Fundacional .....	374
6.	Entidades Paraestatais .....	375
7.	Princípios da Administração Indireta .....	376
7.1.	Princípio da Reserva Legal.....	376

7.2. Princípio da Especialidade.....	377
7.3. Princípio do Controle.....	377
8. Categorias Jurídicas.....	378
<b>IV. Autarquias.....</b>	<b>379</b>
1. Introdução.....	379
1.1. Terminologia.....	379
1.2. Autarquia e Autonomia.....	379
1.3. Autarquias Institucionais e Territoriais.....	380
2. Conceito.....	380
3. Referências Normativas.....	381
4. Personalidade Jurídica.....	381
5. Criação, Organização e Extinção.....	382
6. Objeto.....	383
7. Classificação.....	383
7.1. Quanto ao Nível Federativo.....	383
7.2. Quanto ao Objeto.....	384
7.3. Quanto ao Regime Jurídico (Autarquias de Regime Especial).....	386
8. Agências Reguladoras.....	387
8.1. Considerações Iniciais.....	387
8.2. Criação das Agências.....	387
8.3. Origens.....	388
8.4. Disciplina Normativa.....	389
8.5. Poder Regulatório.....	389
8.6. Natureza Jurídica.....	390
8.7. Características Especiais.....	390
8.8. Poder Normativo Técnico.....	390
8.9. Autonomia Decisória.....	391
8.10. Autonomia Administrativa.....	392
8.11. Autonomia Financeira.....	393
8.12. Teoria da Captura.....	393
8.13. Prestação de Contas e Controle Social.....	394
8.14. Ouvidoria.....	394
8.15. Articulação das Agências.....	395
8.16. Regime Jurídico dos Servidores.....	395
9. Agências Executivas.....	395
10. Associações Públicas.....	396
11. Aspectos Especiais das Autarquias.....	397
11.1. Patrimônio.....	397
11.2. Pessoal.....	398
11.3. Controle Judicial.....	398
11.4. Foro dos Litígios Judiciais.....	399
11.5. Atos e Contratos.....	400
11.6. Responsabilidade Civil.....	400
11.7. Prerrogativas Autárquicas.....	401
<b>V. Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.....</b>	<b>402</b>
1. Introdução.....	402
2. Referências Normativas.....	403
3. Conceito.....	404
4. Personalidade Jurídica.....	404
5. Instituição e Extinção.....	405
6. Subsidiárias.....	406
6.1. Pessoas Subsidiárias.....	406
6.2. Sociedades de Mera Participação do Estado.....	407
7. Objeto.....	407

8.	Regime Jurídico.....	409
8.1.	Hibridismo.....	409
8.2.	Regime Constitucional.....	409
8.3.	Regime Legal.....	409
8.4.	Regime Estatutário .....	411
9.	Regime Tributário.....	411
10.	Função Social.....	413
11.	Diferença entre as Entidades .....	414
11.1.	Constituição do Capital .....	414
11.2.	Forma Jurídica .....	414
11.3.	Foro Processual .....	415
12.	Patrimônio .....	415
13.	Pessoal.....	417
14.	Falência e Execução.....	418
14.1.	Falência.....	418
14.2.	Execução.....	419
15.	Responsabilidade Civil .....	421
16.	Governança Corporativa.....	421
16.1.	Sentido .....	421
16.2.	Transparência.....	422
16.3.	Estrutura e Gestão de Riscos.....	422
17.	Controle.....	423
17.1.	Controle Externo .....	423
17.2.	Controle Interno .....	423
17.3.	Arbitragem.....	424
18.	Participantes do Sistema .....	424
18.1.	Acionista Controlador .....	424
18.2.	Administradores .....	425
18.3.	Conselho de Administração.....	425
18.4.	Membro Independente.....	426
18.5.	Diretoria .....	426
18.6.	Comitê de Auditoria Estatutário .....	427
18.7.	Conselho Fiscal.....	427
19.	Atos Jurídicos .....	428
20.	Licitações.....	428
20.1.	Microsistema e Aplicabilidade.....	428
20.2.	Dispensa e Inexigibilidade de Licitação.....	429
20.2.1.	Exigibilidade de Licitação .....	429
20.2.2.	Dispensas Específicas.....	429
20.2.3.	Dispensas Genéricas.....	430
20.2.4.	Inexigibilidade .....	430
20.2.5.	Requisitos Comuns .....	430
20.3.	Disposições Gerais .....	431
20.3.1.	Regulamentos Internos.....	431
20.3.2.	Princípios e Diretrizes .....	431
20.3.3.	Aspectos Especiais .....	431
20.4.	Obras e Serviços.....	432
20.5.	Aquisição de Bens.....	433
20.6.	Alienação de Bens.....	433
20.7.	Procedimento Licitatório .....	433
20.8.	Procedimentos Auxiliares .....	434
21.	Contratos.....	435
21.1.	Natureza dos Contratos.....	435
21.2.	Formalização .....	435

21.3. Alteração dos Contratos .....	436
21.4. Sanções Administrativas .....	436
<b>VI. Fundações Públicas .....</b>	<b>437</b>
1. Introdução .....	437
2. A Polêmica sobre a Natureza Jurídica das Fundações.....	437
2.1. Conceito no Decreto-lei nº 200/1967 .....	441
2.2. O Tratamento da Matéria .....	441
3. Característica Fundamental .....	441
4. Objeto.....	442
5. Criação e Extinção .....	443
6. Regime Jurídico.....	444
6.1. Prerrogativas .....	444
6.2. Privilégios Tributários .....	444
7. Patrimônio .....	445
8. Pessoal.....	445
9. Controle .....	446
9.1. Controle Institucional.....	446
9.2. Controle do Ministério Público.....	446
9.3. Controle Judicial .....	447
10. Foro dos Litígios .....	447
11. Atos e Contratos.....	448
12. Responsabilidade Civil .....	448
<b>VII. Outras Pessoas Jurídicas Vinculadas ao Estado .....</b>	<b>448</b>
1. Introdução.....	448
2. Pessoas de Cooperação Governamental (Serviços Sociais Autônomos).....	449
2.1. Sentido .....	449
2.2. Natureza Jurídica.....	449
2.3. Criação.....	449
2.4. Objeto .....	450
2.5. Recursos Financeiros.....	451
2.6. Ausência de Fins Lucrativos .....	452
2.7. Controle.....	452
2.8. Outros Aspectos do Regime Jurídico.....	452
2.9. Privilégios Tributários .....	456
3. Organizações Colaboradoras (ou Parceiras) .....	457
<b>VIII. Súmulas.....</b>	<b>457</b>
<b>Capítulo 10. Responsabilidade Civil do Estado.....</b>	<b>459</b>
<b>I. Introdução .....</b>	<b>459</b>
1. Responsabilidade. Noção Jurídica .....	459
1.1. Tipos de Responsabilidade .....	459
2. Responsabilidade Civil .....	460
3. O Dano e a Indenização .....	460
4. Os Sujeitos do Cenário .....	461
<b>II. Evolução.....</b>	<b>461</b>
1. A Irresponsabilidade do Estado .....	461
2. Teoria da Responsabilidade com Culpa .....	462
3. Teoria da Culpa Administrativa .....	462
4. Teoria da Responsabilidade Objetiva .....	463
5. Fundamento da Responsabilidade Objetiva: A Teoria do Risco Administrativo .....	463
<b>III. Direito Brasileiro .....</b>	<b>464</b>
1. Código Civil .....	464
2. Constituição Federal.....	465

3.	Análise dos Elementos Constitucionais.....	466
3.1.	Pessoas Responsáveis.....	466
3.2.	Agentes do Estado.....	468
3.3.	A Duplicidade de Relações Jurídicas.....	469
<b>IV.</b>	<b>Aplicação da Responsabilidade Objetiva.....</b>	<b>469</b>
1.	Pressupostos.....	469
2.	Ônus da Prova: Inversão.....	471
3.	Participação do Lesado.....	471
4.	Fatos Imprevisíveis.....	472
5.	Atos de Multidões.....	473
6.	Danos de Obra Pública.....	474
7.	Condutas Omissivas.....	475
8.	Responsabilidade Primária e Subsidiária.....	477
<b>V.</b>	<b>Atos Legislativos.....</b>	<b>478</b>
1.	Regra Geral.....	478
2.	Leis Inconstitucionais.....	479
3.	Leis de Efeitos Concretos.....	480
4.	Omissão Legislativa.....	480
<b>VI.</b>	<b>Atos Judiciais.....</b>	<b>481</b>
1.	Atos Administrativos e Jurisdicionais.....	481
2.	Condutas Dolosas.....	482
3.	Condutas Culposas.....	482
<b>VII.</b>	<b>Reparação do Dano.....</b>	<b>484</b>
1.	A Indenização.....	484
2.	Meios de Reparação do Dano.....	484
3.	Prescrição.....	484
4.	Sujeito Passivo da Lide.....	486
5.	Denúnciação à Lide.....	487
<b>VIII.</b>	<b>O Direito de Regresso.....</b>	<b>488</b>
1.	Sentido.....	488
2.	Meios de Solução.....	488
3.	Causa de Pedir.....	489
4.	Interesse de Agir.....	489
5.	Prescrição.....	490
<b>IX.</b>	<b>Súmulas.....</b>	<b>491</b>
<b>Capítulo 11. Servidores Públicos.....</b>		<b>493</b>
<b>I.</b>	<b>Agentes Públicos.....</b>	<b>493</b>
1.	Sentido.....	493
2.	Classificação.....	493
2.1.	Agentes Políticos.....	494
2.2.	Agentes Particulares Colaboradores.....	495
2.3.	Servidores Públicos.....	496
3.	Agentes de Fato.....	496
<b>II.</b>	<b>Servidores Públicos.....</b>	<b>497</b>
1.	Sentido.....	497
2.	Características.....	497
3.	Classificação.....	498
3.1.	Servidores Públicos Civis e Militares.....	498
3.2.	Servidores Públicos Comuns e Especiais.....	499
3.3.	Servidores Públicos Estatutários, Trabalhistas e Temporários.....	499
<b>III.</b>	<b>Regimes Jurídicos Funcionais.....</b>	<b>500</b>
1.	Regime Estatutário.....	501

2.	Regime Trabalhista.....	502
2.1.	Regime de Emprego Público.....	503
3.	Regime Especial.....	505
4.	Regime Jurídico Único.....	508
5.	Terceirização.....	510
<b>IV.</b>	<b>Organização Funcional.....</b>	<b>513</b>
1.	Quadro Funcional.....	513
2.	Cargos, Empregos e Funções Públicas.....	514
3.	Classificação dos Cargos.....	515
4.	Criação, Transformação e Extinção de Cargos.....	518
5.	Provimento.....	520
5.1.	Tipos de Provimento.....	520
5.2.	Formas de Provimento.....	521
6.	Investidura: Nomeação, Posse e Exercício.....	522
7.	Reingresso.....	523
8.	Vacância.....	525
9.	Direito Adquirido dos Servidores.....	525
10.	Cessão de Servidores.....	527
<b>V.</b>	<b>Regime Constitucional.....</b>	<b>528</b>
1.	Concurso Público.....	528
1.1.	Sentido.....	528
1.2.	Fundamento.....	530
1.3.	Alcance da Exigência.....	530
1.4.	Inexigibilidade.....	533
1.5.	Concurso Interno.....	534
1.6.	Inscrição e Aprovação.....	535
1.7.	Validade.....	540
1.8.	Precedência na Convocação.....	541
1.9.	Sanção.....	541
1.10.	Resultado do Concurso.....	542
1.11.	Invalidação do Concurso.....	544
1.12.	Sistema de Cotas: Reserva Étnica.....	546
2.	Acessibilidade.....	548
2.1.	Sentido.....	548
2.2.	Incidência.....	548
2.3.	Requisitos de Acesso.....	549
2.3.1.	Pessoas Portadoras de Deficiência.....	551
2.3.2.	Requisitos de Inscrição e do Cargo.....	553
2.4.	Sexo e Idade.....	555
2.5.	Exame Psicotécnico.....	557
2.6.	Acesso Profissional ao Idoso.....	559
2.7.	Direito à Amamentação.....	560
3.	Acumulação de Cargos e Funções.....	560
3.1.	Regra Geral.....	560
3.2.	Situações de Permissividade.....	561
3.3.	Efeitos.....	565
3.4.	Ingresso em Nova Carreira.....	565
3.5.	Convalidação Constitucional.....	567
4.	Estabilidade.....	567
4.1.	Noção do Instituto.....	567
4.2.	Estabilização Constitucional.....	569
4.3.	Estágio Probatório.....	570
4.4.	Estabilidade e Efetividade.....	572
4.5.	Demissão e Exoneração.....	573

4.6.	Exoneração Conversível em Demissão.....	576
4.7.	Servidores Trabalhistas .....	576
4.8.	Vitaliciedade.....	579
5.	Regime Previdenciário.....	580
5.1.	Previdência do Servidor Público .....	580
5.1.1.	Sentido .....	580
5.1.2.	Regimes de Previdência .....	580
5.1.3.	Abrangência do Regime Próprio.....	581
5.1.4.	Regulamentação do Regime Próprio .....	581
5.1.5.	Unicidade de Regimes e de Gestão .....	581
5.1.6.	Regime de Outros Agentes.....	582
5.1.7.	Ocupantes Exclusivos de Cargos em Comissão .....	583
5.2.	Contributividade .....	583
5.2.1.	Introdução .....	583
5.2.2.	Contributividade.....	583
5.2.3.	Contribuições .....	584
5.2.4.	Alíquotas de Contribuição .....	584
5.2.5.	Aposentados e Pensionistas.....	585
5.2.6.	Solidariedade no Regime Previdenciário.....	585
5.2.7.	Base de Contribuição .....	586
5.3.	Fundos Previdenciários Públicos .....	587
5.3.1.	Sentido.....	587
5.3.2.	Instituição e Extinção .....	588
5.3.3.	Requisitos.....	588
5.3.4.	Descumprimento e Responsabilidade .....	588
5.4.	Previdência Complementar .....	589
5.4.1.	Aspectos Iniciais.....	589
5.4.2.	Previdência Complementar dos Servidores .....	589
5.4.3.	Instituição .....	590
5.4.4.	Entidades de Previdência Complementar.....	590
5.4.5.	Planos de Benefícios.....	591
5.4.6.	Ingresso no Sistema e Opção.....	591
5.5.	Aposentadoria.....	592
5.5.1.	Conceito .....	592
5.5.2.	Natureza Jurídica .....	592
5.5.3.	Prazos Extintivos .....	592
5.5.4.	Aposentadoria Punitiva.....	594
5.5.5.	Regime Jurídico .....	594
5.5.6.	Modalidades de Aposentadoria .....	595
5.5.7.	Aposentadoria Voluntária .....	595
5.5.8.	Aposentadoria por incapacidade permanente.....	596
5.5.9.	Aposentadoria Compulsória.....	596
5.5.10.	Requisitos e Critérios Diferenciados .....	597
5.5.11.	Aposentadorias Especiais .....	597
5.5.12.	Proventos .....	599
5.5.13.	Cumulação de Proventos .....	600
5.5.14.	Revisão de Proventos .....	602
5.5.15.	Contagem de tempo.....	602
5.5.16.	Direito Adquirido .....	603
5.5.17.	Situações Transitórias.....	604
5.5.18.	Desaposentação (Renúncia à Aposentadoria) .....	607
5.5.19.	Cassação de Aposentadoria .....	609
5.5.20.	Aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência .....	609
5.6.	Pensões .....	610
5.6.1.	Sentido e Natureza Jurídica .....	610



5.6.2.	Disciplina Jurídica.....	611
5.6.3.	Contributividade e Solidariedade.....	611
5.6.4.	Base e Valor da Contribuição .....	612
5.6.5.	Cálculo da Pensão.....	612
5.6.6.	Incidência Normativa.....	612
5.6.7.	Acumulação de Pensões.....	613
5.6.8.	Revisão da Pensão.....	613
5.6.9.	Prescrição.....	613
5.7.	PEC Paralela.....	614
6.	Disponibilidade.....	616
6.1.	Sentido.....	616
6.2.	Pressupostos.....	616
6.3.	Incidência.....	617
6.4.	Efeitos.....	618
6.5.	A Questão dos Proventos.....	618
7.	Mandato Eletivo.....	620
8.	Sistema Constitucional de Remuneração.....	621
8.1.	Remuneração.....	621
8.1.1.	Remuneração Básica .....	622
8.1.2.	Vantagens Pecuniárias .....	625
8.2.	Revisão Remuneratória.....	628
8.3.	Irredutibilidade.....	631
8.4.	Isonomia .....	633
8.5.	Vinculação e Teto.....	634
8.6.	Pagamento com Atraso.....	639
8.7.	Pagamento a Maior .....	640
9.	Associação Sindical e Direito de Greve.....	641
9.1.	Associação Sindical.....	641
9.2.	Greve.....	643
10.	Direitos Sociais dos Servidores.....	646
<b>VI.</b>	<b>Responsabilidade dos Servidores Públicos.....</b>	<b>649</b>
1.	Responsabilidade Civil.....	650
2.	Responsabilidade Penal.....	651
3.	Responsabilidade Administrativa.....	651
4.	Efeitos da Decisão Penal nas Esferas Civil e Administrativa .....	652
4.1.	Repercussão na Esfera Civil.....	653
4.2.	Repercussão na Esfera Administrativa.....	653
4.3.	Crimes Funcionais.....	653
4.3.1.	Condenação.....	654
4.3.2.	Absolvição .....	654
4.4.	Crimes Não Funcionais.....	655
4.4.1.	Condenação.....	655
4.4.2.	Absolvição .....	656
4.4.3.	Absolvição na Esfera Administrativa.....	656
<b>VII.</b>	<b>Súmulas.....</b>	<b>656</b>
<b>Capítulo 12.</b>	<b>Intervenção do Estado na Propriedade.....</b>	<b>661</b>
<b>I.</b>	<b>Introdução.....</b>	<b>661</b>
1.	Breve Histórico.....	661
2.	Propriedade .....	662
<b>II.</b>	<b>Intervenção do Estado.....</b>	<b>662</b>
1.	Sentido.....	662
2.	Quadro Normativo Constitucional.....	663
<b>III.</b>	<b>Competência .....</b>	<b>663</b>

<b>IV. Fundamentos</b> .....	664
1. Supremacia do Interesse Público.....	664
2. Função Social da Propriedade.....	665
<b>V. Modalidades</b> .....	666
<b>VI. Servidão Administrativa</b> .....	667
1. Sentido e Natureza Jurídica.....	667
2. Fundamentos.....	667
3. Objeto.....	668
4. Formas de Instituição.....	669
5. Extinção.....	670
6. Indenização.....	671
7. Características.....	672
<b>VII. Requisição</b> .....	672
1. Sentido.....	672
2. Fundamentos.....	673
3. Objeto e Indenização.....	674
4. Instituição e Extinção.....	674
5. Características.....	675
<b>VIII. Ocupação Temporária</b> .....	675
1. Sentido e Objeto.....	675
2. Fundamentos.....	676
3. Modalidades e Indenização.....	676
4. Instituição e Extinção.....	677
5. Características.....	678
<b>IX. Limitações Administrativas</b> .....	678
1. Sentido.....	678
2. Natureza Jurídica.....	679
3. Fundamentos.....	680
4. Indenização.....	680
5. Características.....	681
<b>X. Tombamento</b> .....	681
1. Sentido.....	681
2. Fonte Normativa.....	682
3. Fundamento.....	682
4. Objeto.....	684
5. Natureza Jurídica.....	684
6. Espécies.....	685
7. Instituição.....	686
7.1. Desfazimento.....	688
8. Processo Administrativo.....	688
9. Efeitos.....	689
10. Controle.....	691
11. Outros Instrumentos Protetivos.....	692
<b>XI. Súmulas</b> .....	693
<b>Capítulo 13. Desapropriação</b> .....	695
<b>I. Introdução</b> .....	695
<b>II. Conceito</b> .....	696
<b>III. Natureza Jurídica</b> .....	696
<b>IV. Pressupostos</b> .....	697
<b>V. Fontes Normativas e Espécies</b> .....	697
<b>VI. Objeto</b> .....	699
1. Regra Geral.....	699

2.	Bens Públicos.....	700
3.	Bens de Entidades da Administração Indireta.....	701
4.	Margens dos Rios Navegáveis.....	702
<b>VII.</b>	<b>Forma de Aquisição.....</b>	<b>703</b>
<b>VIII.</b>	<b>Competências.....</b>	<b>704</b>
1.	Competência Legislativa.....	704
2.	Competência Declaratória.....	704
3.	Competência Executória.....	705
<b>IX.</b>	<b>Destinação dos Bens Desapropriados.....</b>	<b>706</b>
1.	Regra Geral.....	706
2.	Casos Especiais.....	707
2.1.	Desapropriação por Zona.....	707
2.2.	Desapropriação Urbanística.....	708
2.3.	Desapropriação por Interesse Social.....	709
2.4.	Desapropriação-Confisco.....	709
<b>X.</b>	<b>Fase Declaratória.....</b>	<b>709</b>
1.	Declaração Expropriatória.....	710
2.	Conteúdo.....	710
3.	Formalização.....	711
4.	Natureza Jurídica.....	712
4.1.	Controle Judicial.....	712
5.	Efeitos.....	713
6.	Caducidade.....	713
<b>XI.</b>	<b>Fase Executória.....</b>	<b>714</b>
1.	Via Administrativa.....	715
1.1.	Alienação por Acordo.....	715
1.2.	Notificação e Acordo.....	715
2.	Via Judicial.....	716
<b>XII.</b>	<b>Ação de Desapropriação.....</b>	<b>717</b>
1.	Partes.....	717
2.	A Pretensão.....	718
3.	A Contestação.....	718
4.	Imissão Provisória na Posse.....	719
4.1.	Permissão Legal.....	719
4.2.	Pressupostos.....	720
4.3.	Urgência.....	720
4.4.	Depósito Prévio.....	721
4.5.	Levantamento Parcial do Depósito.....	722
5.	Prova Pericial.....	722
6.	Intervenção do Ministério Público.....	723
7.	Sentença.....	724
8.	Transferência da Propriedade.....	725
<b>XIII.</b>	<b>Indenização.....</b>	<b>726</b>
1.	Regra Geral.....	726
2.	Situações Especiais.....	728
3.	Enfiteuse, Jazidas e Direito de Superfície.....	728
4.	Juros Moratórios e Compensatórios.....	730
4.1.	Juros Moratórios.....	730
4.2.	Juros Compensatórios.....	732
4.3.	Cumulatividade.....	734
5.	Atualização Monetária.....	734
6.	Honorários.....	735
7.	Direitos de Terceiros.....	736

<b>XIV. Desistência da Desapropriação .....</b>	<b>738</b>
<b>XV. Desapropriação Indireta .....</b>	<b>739</b>
1. Sentido .....	739
2. Fundamento .....	740
3. Proteção Possessória .....	740
4. Ação do Expropriado .....	741
4.1. Caracterização .....	741
4.2. Natureza e Legitimidade para a Ação .....	742
4.3. Foro da Ação .....	743
4.4. Prescrição da Ação (Pretensão) .....	743
4.5. Acréscimos Indenizatórios .....	745
4.6. Despesas Processuais .....	748
5. Aposseamento Administrativo .....	748
<b>XVI. Direito de Extensão .....</b>	<b>749</b>
1. Sentido .....	749
2. Fundamento .....	750
3. Outros Aspectos .....	751
3.1. Admissibilidade .....	751
3.2. Oportunidade do Exercício do Direito .....	751
<b>XVII. Retrocessão .....</b>	<b>752</b>
1. Noção Jurídica .....	752
2. Natureza do Direito .....	753
3. Aspectos Especiais .....	754
3.1. Tredesignação .....	754
3.2. Demora na Utilização do Bem .....	755
3.3. Prescrição .....	756
3.4. Alienação por Acordo .....	756
<b>XVIII. Desapropriação Rural .....</b>	<b>757</b>
1. Introdução .....	757
2. Aspectos Especiais .....	757
2.1. Competência .....	757
2.2. Função Social Rural .....	757
2.3. Indenização .....	758
2.4. Inaplicabilidade da Desapropriação .....	759
3. Procedimento Expropriatório .....	759
3.1. Procedimento Administrativo .....	760
3.2. Procedimento Judicial .....	761
<b>XIX. Desapropriação Confiscatória .....</b>	<b>763</b>
<b>XX. Desapropriação Urbanística Sancionatória .....</b>	<b>766</b>
<b>XXI. Súmulas .....</b>	<b>768</b>
<b>Capítulo 14. Atuação do Estado no Domínio Econômico .....</b>	<b>771</b>
<b>I. Introdução .....</b>	<b>771</b>
1. O Liberalismo Econômico .....	771
2. Modelo Interventivo .....	772
3. Constitucionalização Normativa .....	772
4. Quadro Normativo .....	773
<b>II. Ordem Econômica .....</b>	<b>773</b>
1. Fundamentos .....	773
1.1. Valorização do Trabalho Humano .....	774
1.2. Liberdade de Iniciativa .....	774
2. Princípios .....	775
3. Declaração de Direitos da Liberdade Econômica .....	776

III.	<b>Formas de Atuação do Estado</b> .....	777
IV.	<b>Estado Regulador</b> .....	778
	1. Sentido.....	778
	2. Natureza da Atuação.....	779
	3. Competências .....	779
	4. Repressão ao Abuso do Poder Econômico .....	780
	4.1. Sentido .....	780
	4.2. Formas de Abuso.....	781
	4.3. Trustes, Cartéis e <i>Dumping</i> .....	781
	4.4. Normas e Meios Repressivos .....	782
	5. Controle do Abastecimento.....	784
	6. Tabelamento de Preços.....	785
	7. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.....	786
V.	<b>Estado Executor</b> .....	788
	1. Formas.....	789
	2. Exploração Direta .....	789
	2.1. Regra Geral.....	789
	2.2. Pressupostos .....	790
	3. Exploração Indireta.....	791
	3.1. Sentido .....	791
	3.2. As Empresas do Estado.....	791
VI.	<b>Monopólio Estatal</b> .....	792
	1. Sentido.....	792
	2. Natureza Jurídica .....	793
	3. Monopólio e Privilégio .....	793
	4. Atividades Monopolizadas .....	793
VII.	<b>Súmulas</b> .....	795
<b>Capítulo 15 Controle da Administração Pública</b> .....		797
I.	<b>Introdução</b> .....	797
	1. Controle Político e Controle Administrativo.....	797
	2. Fundamentos .....	798
II.	<b>Controle</b> .....	799
	1. Sentido.....	799
	2. Objetivo .....	799
	3. Natureza Jurídica .....	800
	4. Classificação .....	800
	4.1. Quanto à Natureza do Controlador .....	800
	4.2. Quanto à Extensão do Controle .....	801
	4.3. Quanto à Natureza do Controle .....	801
	4.4. Quanto ao Âmbito da Administração.....	803
	4.5. Quanto à Oportunidade.....	803
	4.6. Quanto à Iniciativa .....	804
III.	<b>Controle Administrativo</b> .....	804
	1. Sentido.....	804
	2. Objetivos.....	804
	3. Meios de Controle .....	805
	3.1. Controle Ministerial.....	805
	3.2. Hierarquia Orgânica .....	805
	3.3. Direito de Petição.....	805
	3.4. Revisão Recursal .....	806
	3.5. Controle Social .....	806
	3.6. Outros Instrumentos Legais.....	808

4.	Recursos Administrativos.....	808
4.1.	Sentido .....	808
4.2.	Fundamentos e Objetivo .....	809
4.3.	Natureza Jurídica.....	810
4.4.	Formalização .....	810
4.5.	Classificação .....	811
4.6.	Espécies.....	812
4.7.	Efeitos.....	814
4.8.	Exigência de Garantia.....	816
4.9.	<i>Reformatio in Pejus</i> .....	817
4.10.	Exaustão da Via Administrativa .....	818
5.	Coisa Julgada Administrativa .....	820
6.	Prazos Extintivos (Prescrição Administrativa) .....	821
7.	Processo Administrativo .....	823
7.1.	Introdução.....	823
7.2.	Sentido .....	826
7.3.	Classificação .....	826
7.4.	Objeto .....	827
7.5.	Princípios .....	829
7.6.	Processo Administrativo na Administração Federal .....	833
7.7.	Processo Administrativo Disciplinar .....	840
8.	Arbitragem .....	851
9.	Mediação.....	853
10.	Acordo Terminativo de Litígios .....	854
11.	Responsabilidade Administrativa e Civil de Pessoas Jurídicas (Lei Anticorrupção) .....	854
IV.	<b>Controle Legislativo</b> .....	858
1.	Sentido e Fundamento.....	858
2.	Espécies de Controle .....	859
2.1.	Controle Político .....	859
2.2.	Controle Financeiro .....	860
3.	Tribunal de Contas .....	863
V.	<b>Controle Judicial</b> .....	867
1.	Sentido.....	867
2.	Sistemas de Controle .....	870
2.1.	Sistema do Contencioso Administrativo .....	870
2.2.	Sistema da Unidade de Jurisdição .....	871
3.	Natureza .....	872
4.	Oportunidade .....	872
5.	Atos sob Controle Especial .....	873
5.1.	Atos Políticos.....	873
5.2.	Atos Legislativos Típicos.....	874
5.3.	Atos <i>Interna Corporis</i> .....	875
6.	Instrumentos de Controle.....	876
6.1.	Meios Inespecíficos .....	876
6.2.	Meios Específicos .....	876
7.	Prescrição de Ações contra a Fazenda Pública .....	876
7.1.	Sentido .....	876
7.2.	Fonte Normativa.....	877
7.3.	Direitos Pessoais e Reais.....	877
7.4.	Interrupção e Suspensão .....	879
7.5.	Prescrição da Ação e Prescrição das Prestações.....	880
7.6.	Prescrição Intercorrente .....	881
7.7.	Apreciação no Processo.....	882
8.	Mandado de Segurança.....	883

8.1.	Conceito .....	883
8.2.	Espécies e Fontes Normativas .....	883
8.3.	A Tutela .....	883
8.4.	Impetrante .....	884
8.5.	Impetrado .....	885
8.6.	Formas de Tutela .....	886
8.7.	Descabimento .....	887
8.8.	Medida Liminar .....	888
8.9.	Competência .....	890
8.10.	Prazo .....	891
8.11.	Sentença e Coisa Julgada .....	892
8.12.	Mandado de Segurança Coletivo .....	892
8.13.	Aspectos Especiais .....	895
9.	<i>Habeas Corpus</i> .....	897
9.1.	Conceito e Fontes Normativas .....	897
9.2.	Pressupostos Constitucionais .....	897
9.3.	Espécies .....	898
9.4.	Constrangimento Ilegal .....	898
9.5.	Competência .....	898
10.	Ação Popular .....	899
10.1.	Conceito e Fontes Normativas .....	899
10.2.	Bens Tutelados .....	899
10.3.	Competência .....	900
10.4.	Legitimação Ativa e Passiva .....	900
10.5.	Objeto da Ação .....	901
10.6.	Liminar .....	902
10.7.	Sentença e Coisa Julgada .....	902
11.	Mandado de Injunção .....	903
11.1.	Conceito, Fonte Normativa e Modalidades .....	903
11.2.	Pressupostos .....	904
11.3.	Bens Tutelados .....	904
11.4.	Competência .....	905
11.5.	Legitimação Ativa e Passiva .....	905
11.6.	Liminar .....	906
11.7.	Procedimento .....	906
11.8.	Decisão .....	907
11.9.	Mandado de Injunção Coletivo .....	908
12.	<i>Habeas Data</i> .....	909
12.1.	Conceito e Fonte Normativa .....	909
12.2.	Bem Tutelado .....	909
12.3.	Partes .....	909
12.4.	Competência .....	910
12.5.	Interesse de Agir .....	910
12.6.	Pedido .....	911
12.7.	Procedimento .....	911
12.8.	Decisão e Recursos .....	912
13.	Ação Civil Pública .....	913
13.1.	Conceito e Fontes Normativas .....	913
13.2.	Bens Tutelados .....	913
13.3.	Espécies de Tutela .....	915
13.4.	Partes .....	916
13.5.	Sentença e Coisa Julgada .....	917
14.	Improbidade Administrativa .....	918
14.1.	Microssistema da Improbidade Administrativa .....	918

14.2. Ação de Improbidade.....	918
14.3. Fontes Normativas.....	919
14.3.1. Fontes Constitucionais .....	919
14.3.2. Direito Administrativo Sancionador .....	919
14.3.3. Fontes Legislativas.....	920
14.4. Lei Reguladora.....	920
14.4.1. Natureza .....	920
14.4.2. Abrangência.....	921
14.5. Uso Indevido da Ação .....	921
14.6. Atos de Improbidade Administrativa.....	922
14.6.1. Noção.....	922
14.6.2. Dolo .....	922
14.6.3. Atipicidade da Conduta .....	923
14.7. Objeto da Tutela .....	924
14.8. Sujeito Passivo da Improbidade.....	924
14.8.1. Conceito .....	924
14.8.2. Entidades Federativas .....	924
14.8.3. Administração Indireta .....	925
14.8.4. Entidades do Setor Privado .....	925
14.8.5. Outras Entidades.....	925
14.9. Sujeito Ativo da Improbidade.....	926
14.9.1. Conceito .....	926
14.9.2. Agentes Públicos.....	926
14.9.3. Agentes Políticos.....	927
14.9.4. Servidores Públicos .....	928
14.9.5. Outros Agentes.....	928
14.9.6. Recursos de Origem Pública .....	929
14.9.7. Pessoas Jurídicas.....	929
14.9.8. Terceiros.....	930
14.9.9. Sucessão e Alteração Contratual .....	931
14.10. Tipologia da Improbidade.....	931
14.10.1. Considerações Preliminares.....	931
14.10.2. Enriquecimento Ilícito.....	932
14.10.3. Prejuízo ao Erário.....	932
14.10.4. Violação a Princípios .....	934
14.10.5. Ordem Urbanística .....	936
14.10.6. Conflito de Interesses.....	937
14.11. Sanções .....	937
14.11.1. Base Legal.....	937
14.11.2. Cominações.....	938
14.11.3. Modalidades.....	938
14.11.4. Sanções e Atos de Improbidade .....	938
14.11.5. Natureza Jurídica .....	939
14.11.6. Constitucionalidade do Rol de Sanções .....	939
14.11.7. Aplicabilidade.....	939
14.11.8. Sanções Isoladas ou Cumulativas.....	940
14.11.9. Elementos Valorativos .....	941
14.11.10. Revisão Sancionatória .....	941
14.11.11. Adequação Punitiva .....	942
14.11.12. Pessoas Jurídicas.....	942
14.11.13. Oportunidade da Aplicação.....	943
14.11.14. Princípio da Subsunção .....	943
14.11.15. Independência de Instâncias.....	944
14.12. Sanções em Espécie.....	944
14.12.1. Ressarcimento Integral do Dano.....	944



14.12.2.	Perda de Bens e Valores.....	945
14.12.3.	Perda da Função Pública.....	946
14.12.4.	Suspensão de Direitos Políticos.....	948
14.12.5.	Multa Civil.....	949
14.12.6.	Proibição de Contratar com o Poder Público.....	950
14.12.7.	Proibição de Receber Benefícios ou Incentivos Fiscais ou Creditícios.....	950
14.13.	Declaração de Imposto de Renda.....	951
14.14.	Procedimento Administrativo.....	951
14.15.	Indisponibilidade de Bens.....	953
14.16.	Procedimento Judicial.....	954
14.16.1.	Considerações Preliminares.....	954
14.16.2.	Procedimento.....	955
14.16.3.	Natureza da Ação.....	955
14.16.4.	Ação de Improbidade e Ação Civil Pública.....	956
14.16.5.	Legitimidade.....	956
14.16.6.	Foro e Prevenção.....	957
14.16.7.	Fase Postulatória.....	957
14.16.8.	Decisão Inicial.....	957
14.16.9.	Instrução.....	958
14.16.10.	Acordo de Não Persecução Civil.....	958
14.16.11.	Sentença Final.....	959
14.16.12.	Unificação de Sanções.....	960
14.16.13.	Denúncia Caluniosa.....	960
14.16.14.	Afastamento do Agente.....	961
14.17.	Prescrição.....	961
14.17.1.	Observações Iniciais.....	961
14.17.2.	Regra Geral.....	962
14.17.3.	Suspensão do Prazo.....	962
14.17.4.	Interrupção do Prazo.....	963
14.17.5.	Aspectos Complementares.....	963
14.18.	Despesas Processuais.....	964
<b>VI.</b>	<b>O Poder Público em Juízo.....</b>	<b>964</b>
1.	Capacidade Processual.....	964
2.	Pessoas Federais.....	965
3.	Pessoas Estaduais e Pessoa Distrital.....	967
4.	Pessoas Municipais.....	968
5.	Representação Judicial.....	968
6.	Particularidades Processuais.....	969
7.	Despesas Judiciais.....	974
8.	Pagamento dos Créditos de Terceiros.....	976
8.1.	Sistema de Precatórios.....	976
8.2.	Fazenda Pública.....	976
8.3.	Execução dos Créditos.....	977
8.4.	Débitos Fazendários Especiais.....	977
8.5.	Obrigações de Pequeno Valor.....	978
8.6.	Precatórios Complementares e Fracionamento.....	979
8.7.	Dotações Orçamentárias.....	979
8.8.	Débitos do Credor.....	980
8.9.	Atualização de Valores.....	980
8.10.	Cessão de Créditos.....	981
8.11.	Precatórios de Estados, Distrito Federal e Municípios.....	981
8.12.	Comprometimento dos Precatórios.....	982
8.13.	Precatórios de Grande Valor.....	982
8.14.	Amortização de Dívidas de Entes Públicos.....	983

8.15. Processo Administrativo.....	983
8.16. Regime Transitório.....	984
<b>VII. Controle Estatal na LINDB – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....</b>	<b>984</b>
1. Considerações Iniciais.....	984
2. Valores Abstratos e Motivação (Art. 20).....	985
3. Consequências e Regularização de Condutas (Art. 21).....	986
4. Gestão Complexa e Políticas Públicas (Art. 22).....	986
5. Nova Interpretação ou Orientação (Art. 23).....	987
6. Revisão de Validade (Art. 24).....	987
7. Celebração de Compromisso (Art. 26).....	988
8. Compensação e Compromisso Processual (Art. 27).....	989
9. Responsabilidade Pessoal do Agente (Art. 28).....	989
10. Atos Normativos e Consulta Pública (Art. 29).....	990
11. Segurança Jurídica (Art. 30).....	991
<b>VIII. Súmulas.....</b>	<b>991</b>
<b>Capítulo 16. Bens Públicos.....</b>	<b>997</b>
<b>I. Introdução.....</b>	<b>997</b>
1. Domínio Público.....	997
2. Domínio Eminente.....	997
<b>II. Conceito.....</b>	<b>998</b>
<b>III. Bens das Pessoas Administrativas Privadas.....</b>	<b>1000</b>
<b>IV. Classificação.....</b>	<b>1001</b>
1. Quanto à Titularidade.....	1001
1.1. Bens Federais.....	1002
1.2. Bens Estaduais e Distritais.....	1003
1.3. Bens Municipais.....	1003
2. Quanto à Destinação.....	1003
2.1. Bens de Uso Comum do Povo.....	1004
2.2. Bens de Uso Especial.....	1004
2.3. Bens Dominicais.....	1005
3. Quanto à Disponibilidade.....	1006
3.1. Bens Indisponíveis.....	1006
3.2. Bens Patrimoniais Indisponíveis.....	1006
3.3. Bens Patrimoniais Disponíveis.....	1007
<b>V. Afetação e Desafetação.....</b>	<b>1007</b>
<b>VI. Regime Jurídico.....</b>	<b>1009</b>
1. Alienabilidade Condicionada.....	1009
2. Impenhorabilidade.....	1010
3. Imprescritibilidade.....	1010
4. Não Onerabilidade.....	1012
<b>VII. Aquisição.....</b>	<b>1013</b>
1. Introdução.....	1013
2. Classificação.....	1013
3. Formas de Aquisição.....	1013
3.1. Contratos.....	1013
3.2. Usucapião.....	1014
3.3. Desapropriação.....	1015
3.4. Acessão.....	1015
3.5. Aquisição <i>Causa Mortis</i> .....	1016
3.6. Arrematação.....	1017
3.7. Adjudicação.....	1017
3.8. Resgate na Enfitéuse.....	1017

3.9. Aquisição <i>Ex Vi Legis</i> .....	1017
<b>VIII. Gestão dos Bens Públicos</b> .....	1019
1. Sentido .....	1019
2. Uso dos Bens Públicos .....	1020
3. Formas de Uso .....	1020
3.1. Uso Comum .....	1021
3.2. Uso Especial .....	1021
3.3. Uso Compartilhado .....	1022
3.4. Cemitérios Públicos .....	1025
4. Uso Privativo .....	1026
4.1. Autorização de Uso .....	1028
4.2. Permissão de Uso .....	1030
4.3. Concessão de Uso .....	1032
4.4. Concessão de Direito Real de Uso .....	1033
4.5. Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia .....	1035
4.6. Cessão de Uso .....	1039
4.7. Formas de Direito Privado .....	1040
<b>IX. Alienação</b> .....	1045
1. Considerações Gerais .....	1045
2. Competência Normativa e Reguladora .....	1045
3. Instrumentos Comuns .....	1047
3.1. Venda .....	1047
3.2. Doação .....	1048
3.3. Permuta .....	1050
3.4. Dação em Pagamento .....	1050
4. Instrumentos Específicos .....	1051
4.1. Concessão de Domínio .....	1051
4.2. Investidura .....	1052
4.3. Incorporação .....	1052
4.4. Retrocessão .....	1053
4.5. Legitimação de Posse .....	1053
4.6. Legitimação Fundiária .....	1054
<b>X. Espécies de Bens Públicos</b> .....	1054
1. Terras Devolutas .....	1054
2. Terrenos de Marinha .....	1056
3. Terrenos Acrescidos .....	1059
4. Terrenos Reservados .....	1059
5. Terras Ocupadas pelos Índios .....	1060
6. Plataforma Continental .....	1061
7. Ilhas .....	1061
8. Faixa de Fronteiras .....	1063
9. Subsolo e Riquezas Minerais .....	1065
<b>XI. Águas Públicas</b> .....	1066
<b>XII. Súmulas</b> .....	1068
<b>Índice Remissivo</b> .....	1069
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	1085